BEM INFORMADO

BELO HORIZONTE
ABRIL DE 2009
ANO 02 | Nº 19

IEPHA

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Queima do Judas continua festa tradicional no interior mineiro

_____ página 03

www.jaboticatubas.com.br/Divulgação

Em Jaboticatubas, o Bando de Judas circula pelas ruas antes da grande celebração

PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?

_____ Confira na página 08

Entrevista: A portuguesa Leonor Sá fala sobre os projetos de proteção ao patrimônio, desenvolvidos em Portugal

_____ páginas 06 e 07

Acervo Albatroz Arquitetura Construção e Restauro Ltda

Inventário e restauração em Itacambira

_____ página 05

Impresso Especial
7397091256-DR/MG
IEPHA/MG
...CORREIOS...

| Reflexões sobre Patrimônio

Os bens culturais protegidos em Minas, pela União, Estado ou municípios, além de diversos centros históricos, bens móveis e imóveis ainda sem algum procedimento eficaz de tutela, vem acumulando necessidades de conservação e restauro através dos tempos.

A situação é crítica para um grande número desses bens, o que é fácil de se constatar pelo trabalho de vistorias efetuado pelo Iepha/MG e o de outras instituições, por notícias presentes na mídia, mostrando perdas irreversíveis e situações físicas que comprometem a integridade do bem cultural. Casos recentes, como o de Mariana e Dores dos Guanhães, são recorrentes. O fato é que as políticas públicas em vigor são muito mais focadas em ações necessárias que não envolvem orçamentos específicos, ou seja, são as de tutela legal, como o simples tombamento, além das de caráter punitivo.

Como adequar um bem cultural ao momento contemporâneo e garantir sua sustentabilidade? Como conseguir recursos orçamentários? As instituições estão estruturadas para ações de maior vulto? Isso além das questões salariais que propiciam, no mínimo, perdas constantes na manutenção dos corpos técnicos das diferentes instituições.

Estas são questões básicas para organização de ações de planejamento, pois a situação dos bens culturais vem se agravando ao longo dos últimos 15 anos. Há necessidade de maior envolvimento dos diferentes segmentos sociais, de descentralização, co-responsabilidade, capacitação técnica e revisão das estruturas dos organismos institucionais, para ações de maior comprometimento e menor informalidade.

Se pensarmos que Minas detém cerca de 4.000 bens tombados, e que nas instâncias estadual e federal há mais de 350 tombamentos entre centro históricos, bens móveis e imóveis, além dos registros de bens imateriais, constatamos que, a cada mês, há um acúmulo de ações necessárias que extrapolam o poder de ação das instituições voltadas para a preservação.

Faz-se necessário ressaltar que os custos para projetos e obras em bens culturais são muito mais onerosos que em obras civis comuns. Se adotarmos como exemplo que cada bem cultural necessitaria em média de R$ 500.000,00 – projetos e obras-, para ações de manutenção apenas de sua integridade estrutural, de coberturas e outras ações emergenciais, precisaríamos de orçamentos na casa de R$ 2.000.000.000,00, nas diferentes instâncias para atender aos bens tombados. A média se justifica, pois os bens culturais tombados, como igrejas e grandes edificações, necessitam de recursos mais vultosos. Como viabilizar um orçamento dessa magnitude?

As instituições que legalmente cuidam do Patrimônio Cultural necessitam de passar por reflexões, sair da informalidade e, às vezes, do isolamento com que tratam algumas questões, e de trabalhar com um maior envolvimento de outras áreas da administração pública. Talvez a Jornada Mineira do Patrimônio, que a Secretaria de Estado de Cultura vai realizar este ano, possa ser um momento em que as questões patrimoniais, além de serem celebradas, possam ganhar discussões na sociedade, permitindo realinhar o planejamento com a devida realidade sócio-econômica e cultural.

Finalmente, ressalta-se que o Bem Informado deste número corrige enganos da edição passada, pelos quais pedimos desculpas. E também traz boas informações, sejam nos artigos, nas curiosidades, ou na interessante entrevista de Leonor Sá. Boa leitura!

Carlos Roberto Noronha
Presidente

Iniciativas do interior

Desde o lançamento de seu novo projeto editorial e gráfico, em maio do ano passado, o **Bem Informado** faz questão de dedicar pelo menos uma de suas páginas para divulgação de ações relativas ao patrimônio desenvolvidas por municípios mineiros. Com isso, tentamos valorizar o esforço de cada comunidade – e estimular outras tantas – em preservar nossas ricas tradições culturais.

Em um estado do tamanho de Minas Gerais, com tanta diversidade e um patrimônio tão rico – seja material ou imaterial –, o que não falta é assunto nesta área. Pedimos aos municípios que enviem sugestões de matérias para o nosso jornal. As ideias serão avaliadas e, caso se encaixem na proposta editorial da publicação, serão transformadas em matéria.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Governador: Aécio Neves
Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
Secretário: Paulo Brant
Secretária adjunta: Sylvana Pessoa

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS
Presidente: Carlos Roberto Noronha
Vice-presidente: Maria Marta Martins de Araújo
Chefe de Gabinete: Cynthia Lanna de Miranda
Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza
Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino
Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham
Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição e textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)
Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)
Diagramação: Daniella Melo Jardim
Fotos: Izabel Chumbinho
Impressão em papel Reciclato 90g/m³ - Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal

Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br
Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Queima de Judas ainda é tradição em Minas

Um antigo costume trazido pelos portugueses e espanhóis para a América Latina, desde os primeiros séculos da colonização europeia, a Queima ou Malhação de Judas, ainda é mantido em muitas cidades mineiras.

O boneco representa o personagem bíblico Judas Iscariotes, que traiu Jesus Cristo e o entregou ao Sinédrio – conselho supremo e representação dos judeus perante os romanos – por 30 moedas. Com a prisão de Jesus, o traidor arrependeu-se, tentou restituir o dinheiro, mas, repelido pelos sacerdotes, enforcou-se numa corda. A brincadeira seria uma maneira de os católicos se vingarem da traição contra o filho de Deus. Antes de o boneco "morrer" enforcado, como o traidor, tem que apanhar e ser bastante xingado.

Para alguns historiadores, a tradição seria uma transfiguração da perseguição que os judeus sofreram na época da inquisição. Para outros, o Judas queimado seria uma personalização das forças do mal, vestígio de cultos realizados em várias partes do mundo para obter bom resultados no início e no fim das colheitas. Há ainda alguns historiadores que afirmam o costume ser remanescente da festa pagã dos romanos.

A brincadeira, que em muitas cidades se perdeu principalmente por falta de lugar apropriado e pelo perigo, acontece na Semana Santa, especificamente no Domingo de Páscoa. Os bonecos são vestidos com paletó, camisa, calça, sapatos, meias colocadas nas mãos e gravata. Normalmente, o corpo – recheado com trapos, panos velhos, raspas de madeira e jornais – é pendurado em postes de iluminação pública, galhos de árvores, porteiras, currais, e depois apanham, são rasgados e queimados.

Pelas ruas, fantasias e muita animação

Fotos/Divulgação

Mascarados se reúnem à população para malhar o traidor

De algum tempo para cá, personalidades do mundo político, econômico, artístico ou esportivo, que caem no desagrado popular, têm sua fisionomia estampada no Judas para serem ridicularizadas e tripudiadas.

Outra curiosidade é o "testamento". Trata-se uma sátira das pessoas e coisas locais, preferencialmente escrita em versos. É colocado no bolso do boneco, e alguém deve tirá-lo e ler para todos. A brincadeira só tem graça para o povo da cidade que vive o seu dia-a-dia e conhece os personagens com quem ou a quem o Judas se refere:

"Deixo o sapato rosa com bolinhas azuis para o João
O José me pediu o chapéu de fitas, deixou pra ele
A gravata-borboleta deem ao Pedro,
como garçom fará bom uso
O paletó já havia prometido para o Carlos,
ele usará pra procurar emprego
O cinturão é a cara da Maria, os filhos
dela que se cuidem
A camisa social vai para o Geraldo, quem sabe agora
ele para de enrolar e se casa
A calça tamanho 56 serve no Antônio".

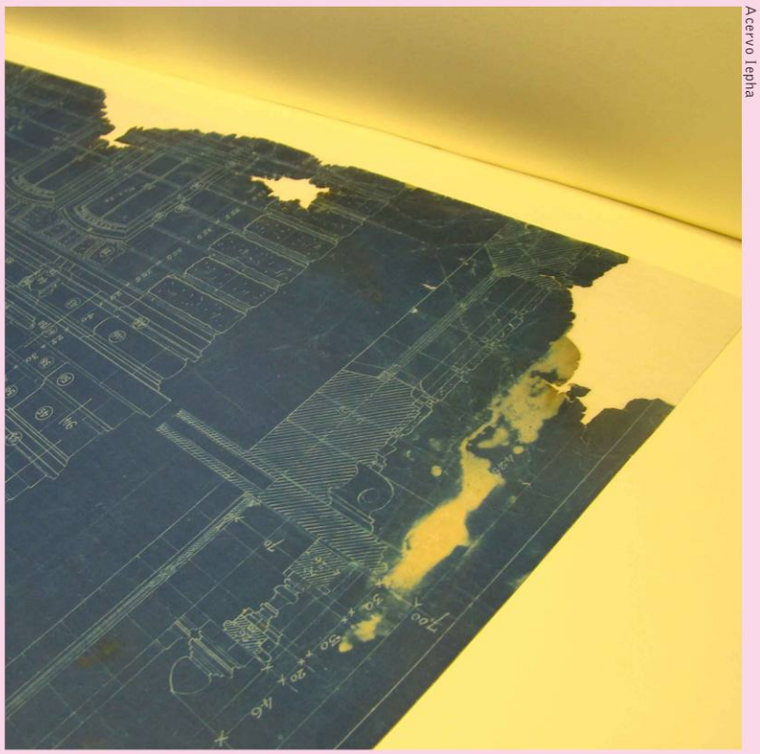
Em Jaboticatubas, a 63 quilômetros de Belo Horizonte, uma das cidades que mantém a tradição, o Bando de Judas circula pelas ruas com suas máscaras extravagantes, ao som de caixas, violas e cavaquinhos, pedindo auxílio para a queima do Judas. À noite, a população, já ansiosa pela leitura dos testamentos, se reúne na praça onde os bonecos são amarrados em suportes de bambus. Devido ao grande número de fogos de artifício colocados dentro dos bonecos, ao atear fogo, eles explodem soltando faíscas coloridas para alegria das crianças.

Conservação preventiva de documentos

Em novembro de 2008, aconteceu no Iepha/MG o 1º módulo do curso de capacitação "Conservação preventiva de acervos arquivísticos", dado pelo professor Demilson Malta Vigiano, voltado para servidores de várias gerências do Instituto. O objetivo foi discutir os aspectos que envolvem a preservação de documentos.

Além de debater conceitos, técnicas e normas, o curso disseminou a ideia de que os documentos devem ser protegidos das ações degradadoras desde o momento de sua produção, isto é, ainda nos arquivos correntes. Para que os participantes pudessem compreender melhor essa necessidade, foi feita uma visita a todos os setores do Iepha, com objetivo de observar em que condições se encontravam os documentos ali produzidos.

A iniciativa foi registrada em fotografias, que compõem o diagnóstico da situação atual do Instituto em relação a este tema.
Como parte prática, os alunos aprenderam técnicas de higienização e de consolidação – pequenos reparos – empregando-as em alguns documentos do acervo do Iepha. Essas técnicas se configuram como medidas de conservação para documentos que já se apresentam um pouco degradados. Evita-se, assim, que a deterioração avance e o documento precise ser restaurado.



Acervo Iepha

Com o curso a expectativa é de que a idéia de preservação de documentos tenha se multiplicado e passe a fazer parte da rotina de trabalho da instituição. Nos próximos números do **Bem Informado**, os temas abordados no curso serão detalhados.

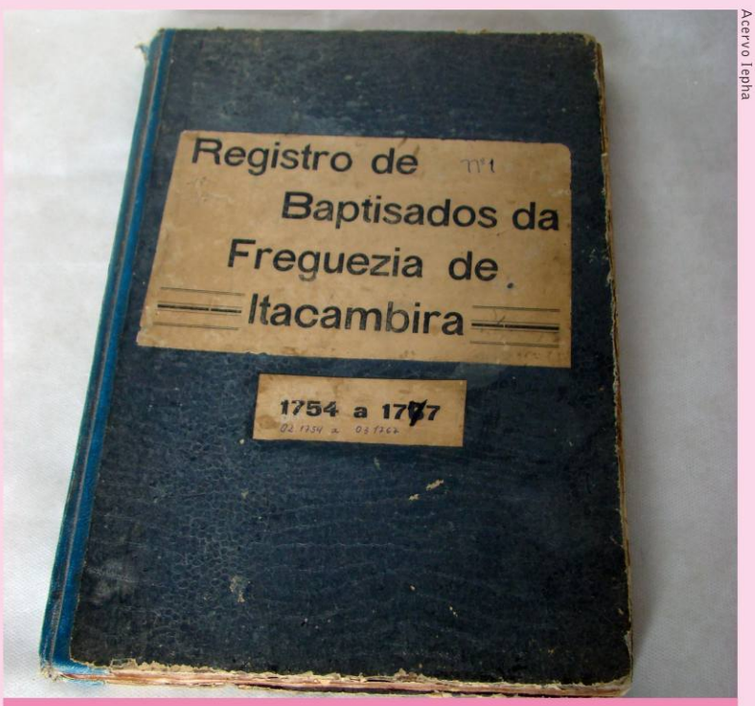
Acervo da matriz é inventariado em Itacambira

Em breve, todos os bens móveis da Igreja Matriz de Santo Antônio, no município de Itacambira (Norte de Minas), estarão cadastrados no Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC). Em março, técnicos da Gerência de Identificação do Iepha foram a campo e fizeram o registro de 103 peças por meio de fotos, descrição e medidas de cada uma delas. O próximo passo será o processamento dos dados coletados para o cadastro no IPAC e sua disponibilização online. Além de imagens sacras, castiçais, crucifixos e paramentos religiosos, o acervo da Igreja ainda inclui livros de registros muito antigos, como o de batismos realizados entre 1754 e 1777.

Instrumento de identificação e proteção, o inventário é um registro perene de informações relativas ao bem, podendo tanto orientar ações de preservação quanto de restauração. Fica também mais fácil localizar peças desaparecidas quando o inventário traz imagem, ou mesmo informações descritivas mais exatas, que facilitem sua identificação. Por fim, facilita ainda o retorno de peças encontradas ao seu local de origem, agilizando o processo de reconhecimento e comprovação de propriedade.

De acordo com a gerente de Identificação do Iepha, Angela Cânfora, o inventário de bens culturais tem sido um trabalho contínuo do Instituto ao longo de sua existência, mas foi intensificado a partir da aprovação, no final de 2008, do Plano Estadual de Inventário. Dentre outras coisas, o plano é responsável pela definição de critérios de prioridades e de prazos para seu cumprimento. "De acordo com o Plano, e em função do Programa de Apoio de Identificação e Restituição de Bens Culturais Desaparecidos, nossa prioridade atualmente é finalizar o inventário de bens móveis de todas as Igrejas tombadas pelo Estado. A meta é que este trabalho seja concluído até o final de 2010" explica.

Ainda em abril, técnicos do Iepha viajam para realizar o inventário dos bens móveis da Igreja Matriz de São José, em Belmiro Braga, e das Capelas de São Francisco e de Nossa Senhora do Rosário, no município de Piranga.



Acervo Iepha

Entre os bens inventariados, um Livro de Batismos de mais de 250 anos

Acervo Albatroz Arquitetura Construção e Restauro Ltda

Raio X ajuda a compreender os danos na estrutura das peças

Restauro

No caso de Itacambira, o registro dos bens móveis da Igreja de Santo Antônio vem em momento especial. Está na reta final o trabalho de restauração dos bens artísticos integrados, incluindo a recuperação de nove imagens sacras, do retábulo-mor e da sacristia, além de outros elementos como os oratórios da nave, o púlpito, o coro e a balaustrada. O trabalho está sendo executado por uma empresa especializada contratada pelo Iepha, com acompanhamento constante de técnicos da Diretoria de Conservação e Restauração do Instituto.

O interior da Igreja, erguida na primeira metade do século XVIII, causa grande impacto visual e certo estranhamento pelo aspecto despojado, muito diferente da apresentação estética convencional encontrada em templos católicos.

De acordo com a gerente de Elementos Artísticos do Iepha, Yukie Watanabe, essa singularidade e detalhes geométricos tornam a igreja um exemplar muito especial tanto do ponto de vista da estrutura, dos encaixes e entalhes quanto da composição da decoração de uma forma geral. "O trabalho de restauração girou em torno da preservação de um registro muito singular, talvez único, e que pode ser fonte preciosa de pesquisa e memória. Acreditamos também que a recuperação de toda sua beleza será um importante incentivo para que a própria comunidade reconheça e valorize essa igreja como um monumento único", avalia.

O trabalho de restauração – que começou em meados do último ano e custou cerca de R$ 300 mil – deve ser concluído e entregue à comunidade até julho. Além da recuperação dos elementos artísticos, a igreja também ganhou reforço estrutural do altar, uma vez que o esteio que segurava o coroamento apresentava forte desgaste natural na base.

ENTREVISTA

Em defesa do patrimônio cultural

Divulgação

A portuguesa Leonor Sá criou e coordena os projetos de prevenção criminal e de salvaguarda do patrimônio cultural "Igreja Segura – Igreja Aberta" e "SOS Azulejo", além de dirigir o Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária, órgão do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (ISPJCC) de Portugal. Envolvida com as questões de preservação do patrimônio, com foco em sua segurança, Leonor fala sobre seu trabalho e como a comunidade pode ajudar a proteger seus bens culturais

Como surgiu a ideia do Projeto Igreja Segura?

A ideia e iniciativa surgiram no Museu de Polícia Judiciária, fruto da junção de vários fatores: Em primeiro lugar, o fato de em Portugal se repetirem amiúde furtos em igrejas, o que implica muito mais do que uma simples perda material, mesmo que substancial. De fato, para a comunidade, estes furtos implicam, sobretudo, a ruptura forçada com uma parte da sua tradição, da sua cultura, do seu passado, dos seus laços afetivos, religiosos, espirituais e de coesão social. Estando estimada em 75% a percentagem de arte sacra em todo o patrimônio cultural português, facilmente se compreenderá que um furto deste tipo de bem implica muito mais do que um simples prejuízo de caráter econômico e monetário, mesmo que avultado.

Em segundo lugar, existe no Museu de Polícia Judiciária, entre centenas de outras coleções e milhares de outros objetos, uma coleção de arte sacra de objetos furtados, recuperados pela polícia e que – por inacreditável que possa parecer – não foi possível devolver aos seus legítimos proprietários porque, apesar de anos de diligências, não se apurou a sua proveniência. (Tal só é possível devido ao fato de muitas igrejas não terem inventários nem quaisquer medidas de controle de existência ou de segurança minimamente eficazes.)

O terceiro fator advém do segundo: sendo uma das competências da Polícia Judiciária a 'Prevenção Criminal', e tendo o Museu de Polícia Judiciária escolhido precisamente a 'Prevenção Criminal' como sua função social, decidiu o mesmo realizar uma exposição com as peças de arte sacra do seu espólio para fazer uma grande chamada de atenção para os problemas de segurança nas igrejas portuguesas. Nesta exposição multimídia e itinerante – intitulada 'SOS Igreja' – são também demonstradas e preconizadas medidas de segurança que as igrejas poderão e deverão tomar para se proteger.

Nasceu assim o primeiro eixo do Projeto Igreja Segura-Igreja Aberta, ao qual se vieram juntar mais dois eixos: o das 'Igrejas Piloto' e o da 'Formação em Prevenção Criminal e Vigilância em Igrejas'.

Qual o público-alvo do "Manual da Segurança" e do "Plano de Emergência Interna"?

O público-alvo do 'Manual de Segurança em Igrejas' do Projeto Igreja Segura-Igreja Aberta é constituído pelo conjunto de pessoas responsáveis pela gestão das igrejas e todos aqueles que nelas trabalham: párocos, zeladores, membros de comissões fabriqueiras, voluntários paroquianos etc. Este manual é distribuído no final da Ação de Formação 'Prevenção Criminal e Vigilância em Igrejas', ministrada no âmbito do Projeto Igreja Segura-Igreja Aberta, e serve para sedimentar, dar continuidade e possibilidade de real efetivação e manutenção dos conteúdos desta importante ação.

No que respeita ao 'Plano de Emergência Interna – Projeto Igreja Segura-Igreja Aberta', trata-se de um livro infantil e ilustrado que pretende ser distribuído a crianças entre os 7 e os 12 anos nas escolas (sobretudo aquelas localizadas próximo de igrejas), com o intuito de contribuir para a

interiorização de procedimentos de segurança e educação cívica desses estudantes. Idealmente, pretende-se também levar os professores a utilizarem estes pequenos livros para, com a colaboração das corporações de bombeiros, realizarem exercícios de simulação de incêndios em igrejas próximas.

Pela Constituição brasileira, é dever da União, dos Estados e do Distrito Federal impedir a evasão dos bens de valor histórico, artístico e cultural. Apesar de todo esforço do poder público, o comércio clandestino tem sido responsável pelo desaparecimento de grande parte de nossas peças sacras. Como a comunidade, co-responsável pelo proteção, pode colaborar?

A comunidade pode colaborar de diversas maneiras: Primeiro, potenciais compradores de arte sacra não deverão fazê-lo sem se certificarem absolutamente da sua origem lícita. Em segundo lugar, seria desejável que surgissem grupos de voluntários – pessoas idôneas e conhecidas como tal – que pudessem exercer turnos de, por exemplo, duas horas diárias de vigilância nas igrejas, durante o seu horário de abertura. Essa vigilância deverá ser discreta, mas eficaz, dissuasiva e bem estruturada e organizada. A vigilância humana é imprescindível, pois os equipamentos de segurança (também imprescindíveis), só por si, não resolvem o problema. Ambas são complementares.

Em terceiro lugar, os membros da comunidade poderão também contribuir para a elaboração dos imprescindíveis inventários (respeitando o sigilo, os cuidados de manipulação etc) e para a aquisição dos equipamentos de segurança de que as igrejas carecem. Por último, poderão ainda contribuir exercendo um controle informal nas imediações da igreja – reportando à polícia se verificarem procedimentos suspeitos – e promovendo a elaboração de réplicas de imagens preciosas que poderão substituir as originais em procissões ou outros eventos passíveis de danificá-las por manipulação excessiva ou exposição ao sol, chuva e intempéries.

Na mesma linha de preservação do "Projeto Igreja Segura", há um programa de instalação de equipamentos de segurança e incêndio. Quem monitora esses equipamentos?

Como referido anteriormente, o segundo eixo do Projeto Igreja Segura-Igreja Aberta diz respeito às 'Igrejas Piloto'. Estas igrejas modelo são alvo de um diagnóstico de necessidades, de um projeto de segurança e da sua fiscalização por parte de uma equipe do projeto formada por membros da Polícia Judiciária e por um engenheiro especialista. Uma vez planejados, montados e verificados, a sua manutenção fica entregue aos responsáveis pela igreja, em conjugação com a empresa que os forneceu.

De onde vêm os recursos do Projeto Igreja Segura?

Os recursos do Projeto Igreja Segura-Igreja Aberta vieram de um apoio financeiro inicial da União Europeia e de alguns patrocínios privados, mas, sobretudo, provêm do trabalho produzido pelos representantes dos 12 parceiros envolvidos no projeto, entidades sobretudo públicas, mas também privadas, que funcionam em regime de complementariedade, otimizando os recursos. No que concerne à aquisição de equipamentos de segurança ou obras de restauro, porém, estas são suportadas pelas próprias igrejas ou municípios que os apoiam. Nas igrejas mais importantes, o Ministério da Cultura também intervém a este nível, naturalmente, através de vários dos seus organismos.

Qual a sua opinião sobre a divulgação do inventário de bens culturais na internet: favorece o roubo ou o monitoramento do comércio ilícito?

Esta é uma questão complexa, que tem de ser vista sob vários ângulos e perspectivas, por vezes contraditórios entre si, e que portanto deve ser equacionada caso a caso. Vejamos: A divulgação do inventário, que inclui imagens e outros dados identificativos das peças – e porventura também a sua localização –, deve ser sempre proporcional à segurança que se dá aos objetos de arte sacra em questão. Ou seja: se a existência de um determinado objeto precioso é divulgada e o seu valor se torna conhecido, esse objeto não poderá naturalmente ser exposto sem cuidados de segurança: será forçoso implementar medidas para a sua proteção, pois o risco de furto existe e aumentou com o conhecimento do valor do objeto.

Por outro lado – e paradoxalmente – quanto maior for a divulgação de um objeto, mais conhecido ele se torna no mercado e mais difícil será a sua receptação e circulação em caso de furto. Ou seja: em regra, nenhum receptador aceitará comprar um objeto que ele sabe não ser vendável no mercado por ser imediatamente conhecido como furtado e pertencendo a esta ou aquela coleção. Nesse caso, podemos dizer que a divulgação em massa acaba por proteger o objeto, pois o assaltante terá as maiores dificuldades em vendê-lo e obter assim o proveito que habitualmente procura.

Reprodução

Por fim acrescentemos que, se pelo contrário, um determinado objeto não for inventariado nem divulgado, o que pode acontecer é que, se for furtado, o seu furto pode passar despercebido, ou ser inconsequente em termos de possibilidade de recuperação por parte da polícia, pois esta não disporá sequer de uma imagem ou dados mínimos que lhe permitam a identificação.

PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

O detalhe faz parte do retábulo da capela-mor da Igreja Matriz de Santa Luzia do Rio das Velhas, hoje elevada à categoria de Basílica, localizada no centro histórico da cidade de Santa Luzia, Região Metropolitana de Belo Horizonte. A edificação apresenta aspecto arquitetônico típico das matrizes mineiras do século XVIII.

O retábulo é de excepcional qualidade, apresentando características do estilo Dom João V: colunas torsas com o terço inferior estriado e os sulcos decorados com guirlanda de flores, coroamento em forma de dossel com sanefas, estatuária monumental no arremate superior (anjos e o grupo da Santíssima Trindade). O douramento é restrito aos elementos ornamentais da talha realçados pela cor branca que recobre as outras partes do altar.

O retábulo da capela-mor da Basílica de Santa Luzia pode ser comparado, por suas linhas gerais, ao retábulo principal da Matriz do Pilar, na cidade de Ouro Preto, também atribuído a Francisco Xavier de Brito. Xavier nasceu em Lisboa, foi entalhador e escultor e responsável por diversas talhas de Igrejas do período barroco.

BLOCO DE NOTAS

| Escola centenária em Araguari

Dentro da preparação para as comemorações dos cem anos da Escola Estadual Raul Soares, a Divisão de Patrimônio Histórico, da Fundação Araguarina de Educação e Cultura, iniciou, no mês passado, um projeto de educação patrimonial com os estudantes.

Por meio de palestras, os alunos conheceram detalhes da história daquela que foi a primeira escola do município de Araguari, além de conhecer dados sobre seu tombamento e restauração. Também foram organizadas exposições de pôsteres, referentes ao projeto Educação Patrimonial por Toda Parte, e de fotografias, exibindo registros históricos da escola. Tudo isso para preparar os alunos para as comemorações do centenário que acontecem neste mês.

| Erramos

Esclarecemos que, diferentemente do que foi informado na última edição, os recursos do Fundo Estadual de Cultura relativos ao projeto "Restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores" ainda estão passando por deliberação da Câmara responsável pela avaliação dos projetos apresentados ao FEC.

| Piranga

Técnicos da Diretoria de Conservação e Restauração do Iepha estiveram no começo de abril em Piranga, na região central de Minas, fazendo uma vistoria no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos. A equipe realizou uma série de estudos e levantamentos para a elaboração de um projeto de restauração emergencial. A verba estadual para a obra, cerca de R$ 100 mil, foi acordada em audiência pública realizada em dezembro no próprio município e liberada este ano por meio de emenda parlamentar proposta pelo deputado estadual Padre João. O bem cultural tem tombamento federal e, tão logo fique pronto, o projeto desenvolvido pelo Iepha deverá ser encaminhado à aprovação do Iphan.

| Cartas de Ouro Preto

Já estão disponíveis no site do Iepha, os principais documentos resultantes do IV Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, realização do Ministério Público: a Carta do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais em defesa do patrimônio cultural brasileiro e a Carta Conclusiva do encontro, que aconteceu em Ouro Preto, entre 11 e 13 de março.

Barroco e teatro unidos na fé

Fotos: Divulgação

Espétáculo em Congonhas emociona o público pelo cenário e pela riqueza de detalhes

A fé e a religiosidade dos católicos se fortalecem durante a Semana Santa. Quem visita Congonhas do Campo, a 78 quilômetros de Belo Horizonte, nessa época, além de apreciar os 12 profetas e os Sete Passos de Cristo, representados por Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa) em seis capelas, pode se encantar com as apresentações cênicas da Paixão e Morte de Cristo, quando 250 atores (profissionais e figurantes) encenam, ao vivo, o "Auto da Paixão Segundo Congonhas".

Outras cidades mineiras também fazem encenações, mas em Congonhas há algumas particularidades. A primeira – e mais marcante – é a representação da história desde o Antigo Testamento. Além das personagens de Jesus Cristo, Senhora das Dores, Verônica, Maria Madalena, Pôncio Pilatos, São João Batista e Herodes, acompanham a procissão dezenas de outros atores, personificando Abraão, Caim, Sarah, Agar, Rebeca, Lia e outras figuras do Antigo Testamento.

A segunda é que, diferentemente de outras cidades, onde os atores apenas dublam, em Congonhas as falas são ditas ao vivo com auxílio de pequenos microfones escondidos na lapela. Outra distinção é a quantidade de cenas – ao todo são sete. Os figurinos também são muitos, durante a semana chegam a ser usados 320.

A grandiosidade da encenação também transparece na paixão que os envolvidos com o espetáculo mostram. Para José Felix Junqueira, o Zezeca, diretor-geral do grupo de teatro e assessor da Diretoria de Cultura, há na cidade uma vocação natural para a interpretação por causa da questão histórica e da obra de Aleijadinho. "As Cenas das Capelas são bem dramáticas e teatrais e isso inspira o povo para o teatro", comenta.

As comemorações da Semana Santa são realizadas há mais de 200 anos pelos moradores, mas as encenações bíblicas foram iniciadas pelos padres redentoristas (responsáveis pelo Santuário). Da Procissão do Encontro à Ressurreição de Cristo, as cenas dramáticas se sucedem no palco, na Basílica, na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, na Igreja do Rosário e nas ruas.
Na Sexta-feira da Paixão, a encenação da Crucificação de Cristo, em frente ao adro da Basílica do Senhor Bom Jesus do Matozinhos – considerado pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade –, é um espetáculo de fervor religioso.

O ponto máximo das comemorações apresenta seis palcos interligados por passarelas, cenários e telões, além das figuras de Amos, Abdias, Jonas, Daniel, Isaías, Baruc, Oséias, Ezequiel, Jeremias, Joel, Naum e Habacuc compondo o cenário. O espetáculo de luzes, efeitos especiais e dramaticidade, com duração de duas horas, atrai todos os anos uma plateia de cerca de 30 mil pessoas.

A ambiguidade das heranças e o sincretismo na Festa de Nossa Senhora do Rosário

Roberto de Moura Fonseca*

As joias de família, passadas de geração em geração, estão sujeitas, em caso de necessidade, a serem expostas à avaliação. Nessa hora podem ocorrer as surpresas. Veja o caso dos rubis, as gemas preferidas dos falsificadores. Há casos de sangues de pombo falsos até nas joias reais britânicas e, geralmente, a falsificação consiste em doublets ou triplets, "joias" compostas, parte rubis naturais, parte vidro, rubis artificiais, cristais ou outros materiais que possam compor o arranjo.

Avaliar a herança cultural também pode trazer surpresas para quem prefere joias puras. O valor pode estar justamente nas composições e ambiguidades de práticas e modos de pensar com os quais ora se quer exibir a filiação, ora se quer negar qualquer relação. Porém, diferente dos rubis que podem ser deitados ao lixo, quando se revelam compostos, as joias culturais permanecem para sempre no cofre.

Mestre Dunga, congadeiro famoso de Bom Despacho, reagiu assim à proposta de Dona Tiana, de um novo corte de congado para a Festa do Rosário: "Essa danada é muito tinhosa. Não sabe nada de Congado. A mexida dela é com candomblé, então que vá pra Bahia que aqui nossa gunga é outra. Pode ter lá os feitiços dela, porque disso no Congado sempre teve, muito antes do povo bater tambor em terreiro aqui em Bom Despacho, o Congado já tinha mandinga. Era só andar pelos matos ao derredor que ocê encontrava os pretos no serviço. Meu avô mesmo era dos bons. Mas essa de andar por aí, batendo ponto de macumba como se fosse Congado! Não pode! Não aceito!"

Religiosidade expressa na fachada da casa: "Senhora Aparecida, protegei-nos"

Acervo Iepha

Comunidade celebra a fé ao som de tambores e do Congado

O Congado tem feitiço, sempre teve. O avô de Dunga era feiticeiro dos bons, isso é um aviso para Dona Tiana. Mas, lugar de feiticeiro é na Bahia, e não no Congado de Nossa Senhora, que é coisa sagrada.

Toda herança tem essa dimensão ambígua. É um querer lembrar e um querer esquecer simultâneos. Uma dádiva e um fardo que se amplificam nas interseções culturais como é o caso das composições religiosas típicas do Brasil.

Quem herda, guarda no cofre e exibe conforme a ocasião. Os avaliadores, sempre em busca de joias puras, muitas vezes, não resistem em apontar as composições, em desqualificar e em desvalorizar.

Muito do que se vê atualmente em termos de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural, e mesmo nos movimentos sociais de afirmação étnica, é uma postura de avaliador que confunde a ambiguidade dos laços que vinculam as pessoas e sua herança cultural com hipocrisia, alienação e coisas afins.

As políticas culturais, principalmente num país composto como é o Brasil, precisam ultrapassar o maniqueísmo para parar de procurar valores culturais em extratos artificialmente isolados e tirar da retórica as idéias de complexidade e dinâmica cultural.

Dona Tiana, simultaneamente macumbeira congadeira devota de Nossa Senhora do Rosário, deve ser o marco das políticas de proteção ao patrimônio imaterial.

* Analista de Gestão Proteção e Restauro da Gerência de Patrimônio Imaterial; mestrando em Antropologia do PPGAN – UFMG

BEM TOMBADO

Fazenda Carreiras – Ouro Branco

Tombada pelo Iepha, em setembro de 2000, a Fazenda Carreiras , localizada às margens da antiga Estrada Real, no município de Ouro Branco, guarda uma curiosidade: é conhecida como Fazenda Tiradentes ou Casa Velha de Tiradentes, pois acredita-se que o Inconfidente teria pernoitado ali durante uma viagem de São João Del Rei à Vila Rica, em 1788.

O belo exemplar da arquitetura rural de Minas Gerais do século XVIII resguarda a simplicidade das construções da época. Seu processo construtivo é em estrutura mista de alvenaria de pedra, grossos esteios e barrotes de madeira. As paredes internas possuem vedações de pau-a-pique. A senzala, adequada posteriormente para outros usos, ficava no porão da casa, mais uma característica do período.

A casa possui níveis diferenciados, com comunicação por meio de escadas, localizadas em diferentes compartimentos. A entrada, ao nível da estrada, teria abrigado armazéns e o 2º piso era destinado para moradia. O acesso principal é protegido por uma varanda, construída com pedras irregulares, ao redor da fachada frontal e da fachada lateral direita. Um pomar murado com pedras, terreiros para secagem de cereais e café, currais murados e um moinho de pedra integram a propriedade. Situado bem próximo à sede, há um rancho de partido retangular, com estrutura em pedra e fechamento em madeira.

Nos anos 1970, a família Miranda, após uma centena de anos de posse da Fazenda Carreiras, vendeu a propriedade para a empresa Açominas. Na época, a sede teve a estrutura recuperada e os telhados reformados. Em 1979, os arquitetos Éolo Maia e Jô Vasconcellos, com colaboração do também arquiteto Flávio Grillo, desenvolveram um projeto de restauração a pedido da Açominas. O objetivo era transformar a fazenda em uma escola de artes plásticas.

Em 1989, novo projeto, também assinado por Jô Vasconcellos, previa a implantação do Museu do Aço ou Casa de Cultura. A Açominas, em 1992, transferiu a Fazenda Carreiras e suas benfeitorias para a Prefeitura de Ouro Branco, por compensação de dívida. Mais tarde, em 2004, a fazenda passou a abrigar o Centro de Cultura, mantido pela Associação Amigos da Cultura de Ouro Branco. A cessão do espaço para a associação foi por um prazo de cinco anos.

Origem da Fazenda

A Estrada Real está diretamente ligada aos acontecimentos da Inconfidência Mineira e ao surgimento de várias fazendas ao longo do seu trajeto, que serviam de posto de abastecimento, troca e venda para os tropeiros e viajantes, além de hospedagem para os viajantes. Dentro desde contexto, foi instalada a Fazenda Carreiras.

Uma das versões para o nome dado à fazenda, segundo a tradição oral, é que ali era um local de criação, venda ou troca de cavalos. A denominação teria se originado das "carreiras" que os tropeiros davam nos animais para testar a sua força e resistência.

*Referência: Processo de Tombamento do IEPHA/MG – Cidade de Ouro Branco/Fazenda Carreiras – Tombamento Homologado SEC.19.09.2000 – Diário Oficial Minas Gerais p.02

Breve cronologia do processo de tombamento do Conjunto Paisagístico das Cachoeiras do Tombo da Fumaça (Bem Tombado focado na edição de Março)

Em 18 de março de 1999, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Salto da Divisa, Minas Gerais, solicitou ao Iepha que fosse instaurado o processo de tombamento das Cachoeiras do Tombo da Fumaça, tendo em vista a sua importância histórico-cultural para o Vale do Jequitinhonha e para o Estado de Minas Gerais e face a ameaça de sua destruição pela construção da Usina Hidrelétrica de Itapebi, Bahia.

Seguiram-se a esta demanda solicitações no mesmo sentido do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos de Salto da Divisa, da Associação de Moradores do Bairro Saudade e do Movimento de Cultura Popular Saltense.

Quase um ano antes, em 27 de abril de 1998, a Prefeitura Municipal de Salto da Divisa, pela Lei 080/98, havia declarado a Cachoeira do Tombo da Fumaça e adjacências como área de paisagem natural, sendo que, em decorrência do disposto nesta lei, ficava vedada "a realização de qualquer obra ou serviço que venha a alterar a paisagem natural notável da Cachoeira do Tombo da Fumaça".

Em 14 de abril de 1999, o Conselho Curador do Iepha aprovou o tombamento provisório do Conjunto Paisagístico das Cachoeiras do Tombo da Fumaça. Em 26 de abril do mesmo ano, a Prefeitura Municipal de Salto da Divisa revogou a Lei Municipal 080/98 e, em 27 de abril de 1999, a Procuradoria Jurídica do Município de Salto da Divisa apresentou ao Conselho Curador do Iepha impugnação ao tombamento estadual.

Em 11 de agosto de 1999, o Conselho Curador do Iepha aprovou o tombamento do Conjunto Paisagístico das Cachoeiras do Tombo da Fumaça e, em 30 de novembro do mesmo ano, o Estado declarou a Cachoeira do Tombo da Fumaça "patrimônio paisagístico e turístico do Estado" e criou a Área de Proteção Ambiental da Cachoeira do Tombo da Fumaça pela Lei 13.370. Ainda assim, a cachoeira foi alagada com a construção da Usina de Itapebi.

Final do ciclo iconográfico da Virgem Maria

Nossa Senhora da Piedade é a representação da sexta dor de Maria, quando segura Jesus morto nos braços, após o descendimento da cruz (Mateus, 27, 55-61). Essa cena dá origem a numerosa iconografia conhecida como Pietà.

Suas representações buscam reproduzir o sentimento de piedade, além do amor e da dor pela perda do filho, incorporando a resignação, a renúncia e a submissão aos desígnios de Deus, em benefício da humanidade.

O grupo da Virgem da Piedade se compõe estritamente de dois personagens: Maria e Jesus descido da cruz, cujo corpo inanimado ela sustenta sobre os joelhos, à diferença do tema da Virgem da Lamentação, com Maria ao pé da cruz, acompanhada de outros personagens.

O problema da figuração do corpo de Cristo morto no regaço de Maria existiu desde que o tema foi concebido, e foi Michelangelo quem criou uma brilhante solução para a Pietá, alterando as proporções e fazendo um Cristo menor que a Virgem, minimizando a impressão de que esmagava a Mãe e mostrando que é seu Filho. Essa representação resultou em inúmeras outras com a mesma forma compositiva.

Imagem do Santuário de Nossa Senhora da Piedade, em Caeté – MG, atribuída a Aleijadinho

* FONTE: Professor Renato César J. de Souza - arquiteto e diretor de Conservação e Restauração do IEPHA/MG

| Padroeira de Minas Gerais

Em Caeté, Minas Gerais, o português Antonio Bracarena construiu, no fim do século XVIII, o Santuário de Nossa Senhora da Piedade, que abriga imagem atribuída a Aleijadinho.

Em 31 de julho de 1960, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, foi lida a bula do Papa João XXIII, constituindo Nossa Senhora da Piedade a padroeira de Minas Gerais, oficializando o culto desde então existente.

| Nossa Senhora da Boa Morte

A tradição católica evita dizer que Nossa Senhora morreu, substituindo a palavra morte por "dormitio" (dormição), o que equivale a uma morte suave. A tradição apócrifa conta que no desenlace da Virgem Maria os apóstolos foram milagrosamente levados para Jerusalém e depois a sepultaram em uma gruta do Getsêmani.

Três dias depois chegou o apóstolo S. Tomé, que pediu para ver o corpo de Nossa Senhora, mas, como o seu Filho, a Virgem ressuscitara ao terceiro dia e os anjos retiraram o seu corpo imaculado e o transportaram ao céu.

O culto a Nossa Senhora da Boa Morte já era reconhecido em Antioquia no século IV e na Palestina no século V. A data de celebração - 15 de agosto - teria sido escolhida como comemoração em Bizâncio, pelo imperador Mauricio (580-603) para marcar a inauguração de uma festa dedicada "à Virgem Maria que subiu ao céu".

O modelo dos ícones orientais da dormição se constrói em torno de dois pontos complementares: de um lado esta Maria no sarcófago aberto, deitada, mas em contraste com essa posição, há o dinamismo do Cristo, que, em pé, está na vertical e ao centro. Cristo tem a Mãe nos braços, como uma recém-nascida, símbolo da vida nova na qual ela entra agora de forma definitiva.

No ano de 1661, em Lombo do Atouguia, Portugal, já existia uma capela de Nossa Senhora da Boa Morte, fundada por Francisco Homem de Couto. O culto chegou ao Brasil por meio dos portugueses.

| Nossa Senhora da Assunção, da Glória ou da Vitória

Não só a alma, mas também o corpo da Virgem Maria fez entrada solene no céu, em gloriosa Assunção, diferentemente da ascensão de Jesus, pois ele subiu por seu próprio poder, enquanto sua Mãe foi erguida pelo poder de Deus.

Festejada já no ano de 600, a data celebra sua entrada no céu como Rainha dos Anjos, Rainha dos Patriarcas, Rainha dos Profetas, Rainha dos Apóstolos, Rainha dos Mártires, Rainha dos Confessores, Rainha das Virgens e Rainha de Todos os Santos.

A invocação gerou o culto a Nossa Senhora da Boa Viagem, em alusão à bem sucedida viagem final de Maria ao céu. Foi particularmente importante para os portugueses, ao se lançarem em viagens por todo o mundo. Chegou ao Curral del Rei e permaneceu como padroeira de Belo Horizonte, com sua data coincidindo com a da Assunção da Virgem (15 de agosto).

Na próxima edição, confira a Coração de Maria, encerrando o ciclo iconográfico da Virgem.